

RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.043 - SC (2016/0067118-0)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
RECORRENTE : CÉSAR ANTÔNIO DE SOUZA
ADVOGADOS : RAFAEL DE ASSIS HORN E OUTRO(S) - SC012003
LUCAS INÁCIO DA SILVA - SC033592
RECORRIDO : INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS
RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. INOCORRÊNCIA. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. RECONHECIDA A TRÍPLICE IDENTIDADE. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por César Antônio de Souza, com fulcro na alínea *a* do permissivo constitucional, contra acórdão do TRF da 4ª Região, assim ementado (fl. 828):

EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. LITISPENDÊNCIA. EXTINÇÃO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. DESPROVIMENTO DO APELO.

1. Foi reconhecida, na sentença apelada, a litispendência dos presentes embargos com a ação ordinária nº. 5004185-92.2011.404.7200, atualmente em grau de recurso. Assim, com fulcro no artigo 301, c/c artigo 267, V, § 3º, do CPC, foram extintos os presentes embargos sem julgamento de mérito.

2. Totalmente descabido o pedido do apelante de que deve ser revista a decisão que julgou extintos os embargos, os quais devem permanecer suspensos até o trânsito em julgado da ação ordinária, eis que qualquer pedido relativo ao mérito deve ser feito na ação ordinária já julgada.

Os embargos de declaração foram acolhidos para prequestionamento (fl. 850).

O recorrente alega violação do artigo 535, I e II, do CPC/1973, ao argumento de que a Corte de origem não se manifestou a respeito de pontos importantes ao deslinde da controvérsia.

No mérito, aponta violação do art. 265, IV, a, do CPC/1973 sustentando, em síntese, que há de ser assegurada a suspensão dos embargos à execução e, em consequência, da execução fiscal, até final julgamento da ação anulatória correlata.

Contrarrazões às fls. 870-872.

Juízo positivo de admissibilidade à fl. 875.

É o relatório. Passo a decidir.

Registra-se, inicialmente, que "[a]os recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Não se conhece da suposta afronta ao artigo 535 do CPC/1973, porquanto o acórdão recorrido manifestou-se de maneira clara e fundamentada a respeito das questões

relevantes para a solução da controvérsia. A tutela jurisdicional foi prestada de forma eficaz, não havendo razão para a anulação do acórdão proferido em sede de embargos de declaração.

No que tange ao juízo de reforma, observa-se que o acórdão embargado observou a orientação jurisprudencial das Turmas de Direito Público sobre o tema, no sentido de que é possível o reconhecimento de litispendência entre ação anulatória e embargos à execução. Registra-se, por oportuno, que a verificação desse requisito é competência das instâncias ordinárias, pois implica na análise do conjunto fático-probatório dos autos, o qual é inviável de ser reexaminado no âmbito do recurso especial, em virtude do óbice enunciado na Súmula 7/STJ. A respeito do tema, destacam-se os julgados:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO. LITISPENDÊNCIA CONFIGURADA. EXTINÇÃO DO PROCESSO.

1. Não ocorre inexistência de prestação jurisdicional quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente pela extinção do processo, sem apreciação do mérito, uma vez reconhecida a litispendência entre os embargos à execução e a ação anulatória proposta anteriormente.
2. "A litispendência é causa de extinção do processo (art. 267, V, do CPC/1973), não de suspensão, de modo que, na pendência de decisão na ação anulatória, eventual suspensão processual, se preenchidos os requisitos legais, opera-se no processo executivo, e não nos embargos do devedor, que devem ser extintos" (AgInt no AgInt no AREsp 1.041.483/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe 15/12/2017).
3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt nos EDcl no AREsp 1.217.327/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 30/8/2018)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. LITISPENDÊNCIA ENTRE AÇÃO ANULATÓRIA E EMBARGOS À EXECUÇÃO FISCAL. POSSIBILIDADE. SÚMULA 83 DO STJ. TRÍPLICE IDENTIDADE. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ.

(...)

4. A conformidade do acórdão recorrido com a jurisprudência desta Corte Superior, que admite a ocorrência de litispendência entre ação anulatória e embargos à execução fiscal, atrai o óbice de conhecimento estampado na Súmula 83 do STJ, sendo certo que a revisão do juízo referente à existência da tríplice identidade entre essas demandas pressupõe reexame de matéria fática, inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.
5. Agravo interno não provido, com aplicação de multa. (AgInt no AREsp 1.060.069/SP, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, Primeira Turma, DJe 19/2/2018)

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. O TRIBUNAL DE ORIGEM, COM BASE NO ACERVO PROBATÓRIO DOS AUTOS, ENTENDEU CONFIGURADA A LITISPENDÊNCIA ENTRE A AÇÃO ANULATÓRIA E OS EMBARGOS À EXECUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE TAL CONCLUSÃO EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. AGRAVO INTERNO DA EMPRESA A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. O Tribunal de origem, com base no acervo fático-probatório dos autos, consignou estar configurada a litispendência entre a Ação Anulatória e os Embargos à Execução, ao fundamento de que os elementos das duas demandas são os mesmos. A inversão de tal conclusão na forma pretendida esbarra no óbice contido na Súmula 7 desta Corte.

2. Esta Corte reconhece a possibilidade de reconhecer a litispendência entre os Embargos à Execução e Ação Anulatória proposta em momento anterior ao ajuizamento da Execução Fiscal, se verificada a identidade de partes, causa de pedir e pedido. Precedentes: AgRg no AREsp. 208.266/RJ, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 14.5.2013 e AgRg no Ag 1.392.114/RS, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.10.2011.

3. Agravo Interno da Empresa a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 168.401/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 21/02/2017, DJe 09/03/2017)

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
Relator